

## BANCO DE SEGUROS (1918-1924)

uma comissão administrativa. O relatório elaborado por esta comissão, no final de 1975, respeitante ao exercício de 1974, refere: a desvalorização da carteira de títulos de crédito, agravada pela paralisação do mercado bolsista, o que levou a companhia a dirigir os investimentos para o mercado imobiliário (por vezes como forma de regularização de dívidas de prémios de empresas seguradas); a dificuldade na cobrança em empresas de certa dimensão, no que se refere a acidentes de trabalho; a extrema sinistralidade no ramo «Incêndios», sendo, a este propósito, 1974 considerado o pior ano desde a fundação da Companhia. Em 1975, regressou de Angola o último técnico. Nos anos de 1977 e 1978 (neste ano, o saldo positivo foi de 29 735 contos), os relatórios de exercício referem a desordenada concorrência entre as companhias nacionalizadas e acentuam a preocupação com a inserção no espaço económico europeu. Em 1978, a resolução do Conselho de Ministros n.º 199/78, de 8 de novembro, tendo em vista a posterior fusão das seguradoras nacionalizadas, reúne-as em seis grupos, conservando-lhes contudo a sua personalidade jurídica, situação confir-

mada pelo Decreto-Lei n.º 528/79, de 31 de dezembro. São criadas seis empresas públicas relativas à atividade seguradora, passando a Atlas, Companhia de Seguros, de acordo com o disposto no artigo 2.º, n.º 6, daquele Decreto, a integrar, a partir de 1 de janeiro de 1980, a Fidelidade, Grupo Segurador, E. P., em fusão com a Companhia de Seguros Fidelidade\*, o Grupo Segurador MSA, a Seguradora Industrial\* e a Companhia Nacional de Seguros\*.

### FONTES E BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Belmira, *Sociedades e Grupos em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1973; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, Lisboa, Fidelidade Seguros, 2000; SANTOS, A. R., «Grupos económicos/conglomerados», in «F. Rosas e J. Brito» (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; *Boletim de Seguros, Relatórios e Contas das Sociedades de Seguros*, 2.ª série, Lisboa, Ministério das Finanças, anos de 1930-1979. Arquivo Histórico do Instituto de Seguros de Portugal, Fundo da Inspeção-Geral de Seguros: pastas e processos — 4-B, 1, 11; 23-A; 4-C, 24, 50, 53; 4-D, 56, 59, 71; 4-E, 74, 79, 83, 84; 94-A, 12, 18, 22, 28; Portugal. Fidelidade Mundial Seguros [consultado em 27 de junho de 2009]. Disponível em <http://www.fidelidademundial.pt/Institucional>.

CM

## BANCO DE SEGUROS (1918-1924)

Sediado em Lisboa, o Banco de Seguros firmou a sua escritura fundacional a 10 de outubro de 1918, da lavra do notário José de Noronha Galvão (*Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 7, de 9 de janeiro de 1919), com o objetivo assente na exploração do ramo de seguros (Portaria n.º 1549, de 10 de outubro de 1918, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 221, de 10 de outubro de 1918). Fixado em 1 000 000\$00, o capital social

dividiu-se em 200 000 ações de 5\$00 cada, existindo ainda a possibilidade de elevação para 3 000 000\$00, mediante a deliberação da administração e, no caso de ultrapassar a referida quantia, através de decisão da assembleia geral (*Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 7, de 9 de janeiro de 1919). Além de efetuar resseguros, a instituição apresenta um vasto leque de operações comuns à indústria seguradora da épo-

ca: «1.º Os seguros contra acidentes de trabalho, inabilidade e doenças e todos os de vida; 2.º Os seguros contra risco de mar; 3.º Os seguros contra fogo, de colheitas, postais, de transportes por terra, canais ou rios; 4.º Os seguros contra roubos, furtos e outros crimes contra a propriedade; 5.º Os seguros contra riscos de guerra, greves, tumultos, revoluções e quaisquer lutas civis.» Os órgãos sociais da companhia dividiam-se na habitual tríade das sociedades anónimas — assembleia geral, conselho de administração e conselho fiscal —, acrescentando ainda a introdução do Governo do Banco, de carácter deliberativo, constituído pelos membros da administração e do conselho fiscal a que se junta o diretor-geral. Nomes proeminentes das áreas do ensino, política, justiça e economia do País foram chamados a ocupar os principais cargos do Banco de Seguros nos primeiros anos da companhia. Em 1919, a assembleia geral foi presidida por Anselmo de Andrade — antigo conselheiro de Estado e Ministro da Fazenda —, coadjuvado por Abel de Andrade, antigo conselheiro de Estado, diretor-geral da Instrução Pública, presidente do Supremo Tribunal Administrativo e professor na Universidade de Lisboa, tendo como secretários António Maria Lopes — industrial e comerciante — e Armando Cordeiro Ramos — diretor da Companhia Nacional de Conservas e da Companhia Decoradora Predial — e, no cargo de vice-secretários, as sociedades Levy & Irmão (comerciantes) e Montenegro, Chaves & C.<sup>a</sup> (banqueiros). O posto de presidente do Governo do Banco foi entregue a Ricardo Jorge — professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e diretor da Direção-Geral da Saúde Pública —, participando no conselho fiscal, como presidente;

Fernandes Costa, antigo ministro, presidente do conselho, procurador-geral da República e presidente da Junta de Crédito Público; e, como membros do mesmo órgão, Santos Lucas, antigo ministro das Finanças e diretor da Casa da Moeda, Adriano Teixeira Barbosa, advogado e capitalista, Luís António Pereira, capitalista e proprietário, e os comerciantes Laidley & C.<sup>a</sup> Tiveram assento no conselho de administração Amândio Maciel como administrador e diretor-geral — administrador da Sociedade dos Grandes Hotéis de Portugal e da Companhia Nacional de Conservas —, Adolfo Alves Pereira de Andrade — advogado e administrador-delegado da Sociedade dos Grandes Hotéis de Portugal — e Francisco de Mendonça Pacheco e Melo — comerciante e antigo Governador Civil dos Açores (*Boletim do Banco de Seguros*, ano I, n.º 3, maio de 1920: 84-86). Obtendo boa receptividade da parte da imprensa especializada da época, a fundação do Banco de Seguros foi vista pelo *Jornal de Seguros* como uma mais-valia, quer pelos seus corpos dirigentes, quer pelas mudanças que pretende incutir no mercado nacional de seguros: «Mais uma companhia de seguros se funda [...] Deve dizer-se, porém que esta nova empresa não se deixa seduzir exclusivamente pela miragem dos lucros produzidos pelos seguros contra riscos de guerra. Os seus organizadores, incontestavelmente dotados dum espírito de iniciativa, procuram varrer com sadias inovações o campo aberto no nosso meio à indústria que vão explorar [...]. Outra inovação digna de elogio que o Banco vai pôr em prática é a de empréstimos aos segurados.» (Reis, 2000: 81.) Após a instalação de sede na Rua Garrett, 70 — mudada, num período posterior, para a Rua Vitória — o Banco

de Seguros espalhou-se pelos principais centros urbanos do País, com a criação de delegações no Porto, Braga, Coimbra (Mendes, 2002: 47) e Setúbal (*Boletim...*, ano I, n.º 2, março de 1920: 68), abrindo igualmente portas ao exterior através de agências espalhadas por quatro continentes e na abertura da filial em Madrid, aprovada oficialmente pelo Ministério do Fomento a 4 de agosto de 1919, localizando-se na Calle de la Montera, 54 (*idem*: 65). As tentativas de implementação no mercado brasileiro, iniciadas ainda em 1919, não surtiram o efeito desejado, devido à situação cambial entre os dois países. Ainda assim, a instituição apostou claramente na conquista de uma praça que considera promissora e florescente para o ramo e mercado dos seguros (*Boletim...*, ano I, n.º 3, maio de 1920: 73). Nos inícios de 1920 a companhia lançou um projeto de informação organizacional, intitulado *Boletim do Banco de Seguros* que, numa periodicidade bimestral, pretendeu publicitar os seus serviços a potenciais clientes e a divulgar a «voz» da própria instituição, através da publicação de documentos relevantes — como é o caso dos relatórios e contas —, realização de entrevistas e a elaboração de artigos de opinião. Neste último aspeto, saliente-se o que foi escrito por Armando Cordeiro Ramos — um dos administradores e diretor do *Boletim do Banco de Seguros* —, numa crítica feroz à tentativa de privatização dos seguros por parte do Ministro do Trabalho, o cognominado «neo-socialista» Ramada Curto: «E, este simpático rapaz, que é o Dr. Curto, prevendo que a sua popularidade chegaria mais depressa, [...] voltou-se contra as classes conservadoras, e deixou de cantar, como em Coimbra fazia, a ária do Trovador, para cantar desafinadamen-

te todas as áreas da asneira, que à frente das altas finanças do Estado, quer, como agora, sobraçando uma nova pasta de ministro, a que por eufemismo se chama do trabalho [...]. A nacionalização de seguros, neste momento mais do que em nenhum outro, é simplesmente um disparate, uma monstruosidade, um crime, que despertou o vivo protesto da classe seguradora, que se sente justamente alarmada, presentindo a ruína para onde a querem lançar, sem a mais pequena consideração pelo que representa de trabalho progressivo e necessária utilidade.» (*Boletim...*, ano I, n.º 2, março de 1920.) No relatório e contas do primeiro ano de atividade (1919) salienta-se a importância dos resultados obtidos pela delegação do Porto «cuja receita líquida foi superior à receita total de muitas companhias» (*Boletim...*, ano I, n.º 3, maio de 1920: 69). Com o total do *Balanço* assente nos 3 291 538\$43, a companhia expõe no ativo 2 000 000\$00 em ações, juntamente com 71 935\$80 apresentados pela sucursal de Madrid. As despesas com os correspondentes no estrangeiro, presentes no lado do passivo, fixaram-se nos 21 296\$08 e o capital social ascendeu dos 1 000 000\$00, assentes no ato de fundação da companhia, para os 3 000 000\$00 (quadro 1). A distribuição dos lucros líquidos (130 459\$43) fez-se de acordo com os estatutos, compreendendo: 5 % para o fundo de reserva (6522\$97); 5 % para o fundo de garantia (6522\$97); 3 % para o fundo de assistência (3913\$78); 5 % distribuídos por igual aos membros do conselho fiscal (6522\$97); 10 % distribuídos por igual aos membros do conselho de administração (13 045\$94); 10 % destinados ao diretor-geral (13 045\$94); 62 % dividido pelos acionistas (80 000\$00), restando um saldo positivo de

## QUADRO 1 — Banco de Seguros

## Balança em 31 de dezembro de 1919

Ativo		Passivo	
Ações	2 000 000\$00	Capital	3 000 000\$00
Automóveis	15 478\$36	Reservas matemáticas	6 351\$02
Depósito de garantia	50 000\$00	Reservas de garantia	8 500\$00
Instalação e trespasse	29 928\$35	Contas em suspenso	43 924\$20
Mobília da sede	13 428\$18	Conta geral de agências	3 578\$23
Mobiliário das delegações	5 460\$88	Seguradoras em c/c.	56 462\$32
Tipografia	9 294\$26	Correspondentes no estrangeiro	21 296\$08
Selos	1 304\$87	Credores por cauções	13 500\$00
Caixa	11 735\$83	Prémios adiantados	0\$54
Depósitos à ordem	118 494\$02	Contribuições a pagar	7 466\$61
Títulos de crédito	215 000\$00	Ganhos e perdas	130 459\$43
Cobrança direta	169 059\$53		
Conta geral de agências	63 990\$12		
Seguradoras em c/c.	113 109\$86		
Devedores e credores	213 144\$92		
Sucursal de Madrid	71 935\$80		
Valores em carteira	181 623\$45		
Valores em caução	7 500\$00		
Empréstimos caucionados	1 050\$00		
<b>Total</b>	<b>3 291 538\$43</b>	<b>Total</b>	<b>3 291 538\$43</b>

Fonte: Boletim do Banco de Seguros, ano I, n.º 3, maio de 1920, pp. 76-77.

## QUADRO 2 — Banco de Seguros

## Quadro geral de seguros em 31 de dezembro de 1919

Ramos de seguros	Riscos tomados e apólices emitidas	Comissões	Resseguros	Anulações	Sinistros	Total de despesas	Lucros
Terrestre	79 354\$53	18 332\$23	13 896\$56	5 845\$93	9 474\$45	47 549\$17	31 805\$37
Marítimo	481 313\$50	52 518\$64	169 167\$67	16 914\$32	13 111\$70	251 712\$33	229 601\$17
Postal	405\$05	34\$49	16\$40	9\$73	—	60\$62	344\$43
Cristal	116\$73	25\$65	—	—	—	25\$65	91\$08
Greves e tumultos	121\$95	3\$75	—	—	—	3\$75	118\$2
Transportes terrestres	15\$00	1\$50	—	—	—	1\$50	13\$50
Vida	12 754\$74	3 850\$68	718\$94	2 117\$19	—	6 686\$81	6 067\$93
Desastres pessoais	92\$10	12\$17	—	—	—	12\$17	79\$93
Acidentes de trabalho	2 367\$23	243\$01	—	515\$44	188\$54	946\$99	1 420\$24
Pecuário	9 080\$32	1 140\$43	—	500\$70	1 181\$20	2 822\$33	6 258\$00
Agrícola	7 158\$06	2 583\$24	3 384\$67	32\$70	399\$58	5 601\$03	1 557\$04
<b>Totais</b>	<b>592 779\$21</b>	<b>78 745\$79</b>	<b>187 184\$24</b>	<b>25 936\$01</b>	<b>24 355\$47</b>	<b>315 422\$35</b>	<b>277 356\$89</b>

Fonte: Boletim do Banco de Seguros, ano I, n.º 3, maio de 1920, p. 80.

## BANCO PREVIDENTE SEGURADOR, COMPANHIA DE SEGUROS (1919-1922)

884\$86, transportado para a conta de 1920 (*Boletim...*, ano I, n.º 3, maio de 1920: 74). Os resultados provenientes dos seguros evidenciam uma supremacia dos lucros obtidos pela venda de seguros marítimos (229 601\$17), seguindo-se os terrestres (31 805\$37), os ligados à atividade pecuária (6258\$00) e os seguros de vida (6067\$93). No que concerne aos resseguros, num total de 187 184\$24, os ramos «Marítimo» (169 167\$67) e «Terrestre» (13 896\$56) evidenciam os ganhos mais elevados, seguindo-se os 3384\$67 auferidos pelo ramo «Agrícola» (quadro 2). A escassez de fontes para os restantes anos de atividade não permite desvendar as vicissitudes do Banco de Seguros, restando somente informações dispersas sobre a revogação da licença para

exercer a atividade, já em 1922 (Lapa, 1939: 158) e a sua falência no ano de 1924, com a passagem do ramo dos seguros de vida para a companhia Nacional (Reis, 2000: 80).

### FONTES E BIBLIOGRAFIA

*Boletim do Banco de Seguros*, ano I, n.º 2, março de 1920; ano I, n.º 3, maio de 1920; ano I, n.º 4, julho de 1920. LAPA, Albino, *Seguros em Portugal (Estudo Histórico)*, Lisboa, ed. de Autor, 1939; MENDES, José Amado, «A empresa bancária em Portugal no séc. XX: Evolução e estratégias», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 11, 2002, pp. 39-56; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, Lisboa, Fidelidade/Caixa Geral de Depósitos, 2000; Legislação: Portaria n.º 1549, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 221, de 10 de outubro de 1918; *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 7, de 9 de janeiro de 1919.

DMF

## BANCO PREVIDENTE SEGURADOR, COMPANHIA DE SEGUROS (1919-1922)

O Banco Previdente Segurador, Companhia de Seguros, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, foi autorizado a constituir-se definitivamente pela Portaria n.º 1910, de 22 de julho de 1919, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 143, de 22 de junho de 1919. A escritura pública foi lavrada no dia 25 de julho de 1919, na cidade de Lisboa, tendo os estatutos sido publicados no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 174, de 2 de agosto de 1919. Tinha sede no Porto, na Rua de Sá da Bandeira, 108. De acordo com o anúncio publicitário da seguradora, publicado no *Jornal de Seguros*, n.º 333, de 1919, também tinha uma filial em Lisboa, na Rua da Madalena, 48. Tinha delegações em Braga e Coimbra, uma agência geral em Espanha (Madrid — Arenal, 10) e correspondentes em todo o País, ilhas e Ultramar. De acordo com o

artigo 4.º dos estatutos, os objetivos desta sociedade eram «exercer a industria de seguros e resseguros, sobre todos os ramos admitidos nesta industria, como terrestres e terrestres com reembolso de premio, agrícolas, automóveis, cristaes, greves e tumultos, postais, pecuários, roubo ou furto, marítimo, guerra e sobre a vida humana em todas as suas manifestações, incluindo acidentes de trabalho». Conforme portaria de constituição, a companhia estava autorizada a explorar os seguros agrícola, automóveis, cristais, greves e tumultos, marítimo, pecuário, postal, roubo ou furto, terrestre contra fogo e terrestre com reembolso de prémios. O seu capital social era de 500 000\$00, integralmente subscrito e liberado o capital social, que era constituído em dinheiro e dividido em 25 000 ações de 20\$00 cada uma. A seguradora